



32.º aniversário da ADFA - Sessão Solene de 17 de Maio

“Há aqui, pois, uma nova dimensão de preocupações que tem que ser acompanhada pelo Estado, não podendo eximir-se de a equacionar, qualquer que seja o Governo que tenha responsabilidades nesta matéria.”

Dr. Luís Amado, ministro da Defesa Nacional



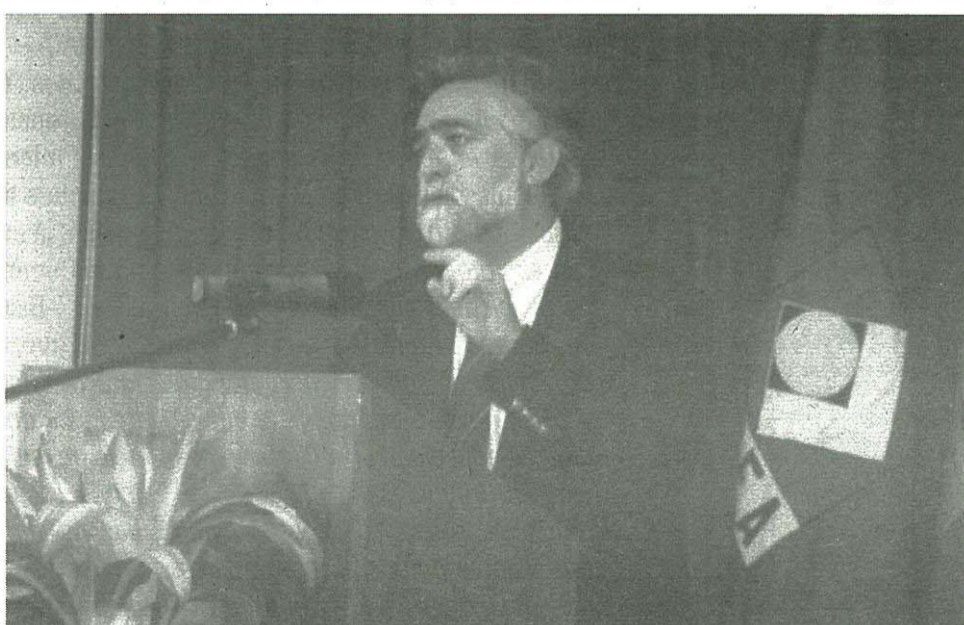
Intervenção de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional

Conforme se indica depois no texto de reportagem sobre a Sessão Solene comemorativa dos 32 anos da ADFA, a seguir se transcreve o mais relevante da intervenção do ministro da Defesa Nacional, dr. Luís Amado, com a necessária e repetida nota de que se tenta “traduzir”, o mais fielmente possível, um improviso:

“...
Estou aqui não propriamente para defraudar expectativas, mas sem nenhuma comunicação especial a fazer a esta assembleia; estou aqui porque me é devido, enquanto ministro da Defesa, o respeito e consideração por todos os deficientes das Forças Armadas, naturalmente, e muito em especial, muito em particular pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que eu conheço há muitos anos, enquanto responsável político na área dos Negócios Estrangeiros. Entretanto tive oportunidade já de contactar com alguns elementos da actual Direcção e discutir aspectos que me relevaram a importância desta associação também no contexto da política de cooperação. Aliás, enquanto secretário de Estado da Cooperação, lembro-me de ter ficado muito bem impressionado, com a sua disponibilidade para olhar para os problemas resultantes da deficiência provocada pela guerra colonial também nos povos irmãos com quem combatemos durante mais de uma década, com esse sentido de solidariedade, essa generosidade incontida de todos os seus membros; é por isso com muito respeito que encaro as iniciativas da Associação e tenho tentado manter com ela um diálogo estreito ao longo deste ano de funções, seguindo o trabalho que vem desenvolvendo, como foi sublinhado pelos anteriores oradores, um trabalho pioneiro no país em tudo que tem a ver com a política de reabilitação, de integração e de combate à exclusão social provocada precisamente pela deficiência; o país deve muito a esta Associação, sobretudo nesse sector da política social, e há, naturalmente, que olhar para o futuro, independentemente dos problemas que subsistem, e olhar para o futuro no sentido de identificar quais são efectivamente as novas preocupações e as novas referências para um trabalho de uma associação com estas características e, também, as responsabilidades que o ministério da Defesa, que embora não tendo uma tutela directa sobre a Associação é um instrumento fundamental no apoio à sua actividade, deve assumir em relação ao futuro.

Dois preocupações fundamentais: a Associação

nasce num contexto histórico bem determinado e procura dar resposta a um problema resultante de um momento da História portuguesa em que o papel das Forças Armadas foi crucial no desenvolvimento do processo político relacionado com a nossa presença colonial em África. É sabido que ao longo destes 30 anos a Associação tem centrado a sua actividade sobretudo na resposta a esse tipo de problemática, a dos deficientes da guerra colonial, mas como aqui foi sublinhado, quer pelo senhor presidente da Mesa da Assembleia Geral, quer pelo senhor presidente da Direcção Nacional, nós não podemos encarar a actividade, o programa, a agenda de uma associação com este capital acumulado ao longo de 3 décadas, com esta experiência profissional tão bem amadurecida ao longo deste tempo, sem projectar para o futuro o desenvolvimento do seu programa, da sua acção e, naturalmente também, da sua agenda mais imediata. E tendo tido oportunidade de falar sobre isso, achamos que a Associação deve ter em consideração o apoio às novas gerações de deficientes resultantes das missões em que o país vai estar envolvido, dar atenção em particular à circunstância de nós, a partir de há dez anos para cá, termos passado a assumir responsabilidades no ponto de vista de mobilização de forças nacionais destacadas para teatros de crise e de conflito, onde os acidentes de guerra ou de operações são provavelmente inevitáveis.



Vamos ter que, portanto, acudir a situações novas, no futuro - infelizmente já temos alguns casos, que aqui foram referenciados, no Afeganistão, designadamente, e portanto a Associação tem que se preparar, tal como o País, o Estado, e o Governo naturalmente, para

esse novo tipo de intervenção, para esse novo quadro de acção, que este sector da política de apoio aos deficientes das Forças Armadas deve exigir.

Tenho para mim que as responsabilidades do Estado, nesta matéria, são absolutamente intransmissíveis! E se há, na discussão e no debate que estão em curso, e é bom que se tenham sobre a condição militar em Portugal, domínio de reserva absolutamente inquestionável sobre os deveres e as obrigações do Estado nesta matéria, esse é em relação aos deficientes das Forças Armadas! Os deficientes das Forças Armadas são um corpo que naturalmente o Estado tem que assumir em toda a sua plenitude, e em todas as fases da sua vida as devidas responsabilidades, uma vez que foi em nome do princípio de “dar a vida pela Pátria” que se encontram numa situação de deficiência; nessa perspectiva, o dever da condição militar do Estado em relação a esses cidadãos é absolutamente intransmissível.

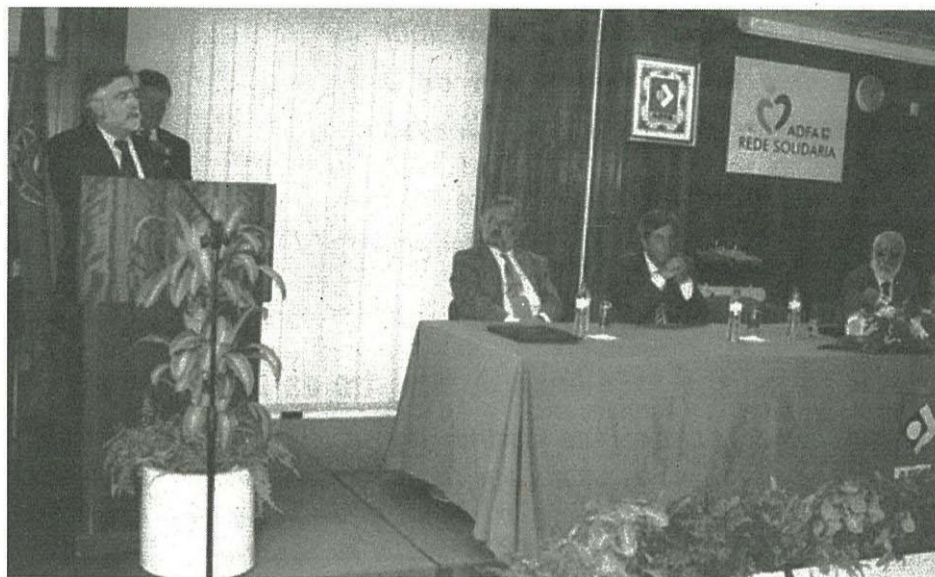
Podemos ainda discutir hoje, no âmbito das políticas sociais - atendendo sobretudo à crise do Estado social esse é um ponto central desse debate -, e na relação entre o Estado e a esfera da cidadania civil, os limites da responsabilidade daquele no acompanhamento das situações de deficientes civis e da partilha da mesma com a família, com outras instituições de solidariedade social privadas, com organismos de poder local, designadamente; relativamente, porém, no que diz respeito aos deficientes das Forças Armadas, para mim, por princípio essa questão é absolutamente indiscutível, e o Estado tem que assumir todas as suas responsabilidades quanto a esta complexa problemática, que começa a ter, no que diz respeito à geração da guerra colonial em África, uma nova dimensão - aqui referenciada com muita emoção, e com apropriada paixão, pelo senhor presidente da Direcção Nacional -, que tendo que ver com a assistência numa fase mais terminal da vida, com as suas dificuldades de enquadramento social e de acompanhamento, por força dos mecanismos de apoio social que actualmente as várias instituições dispõem, não é por

ela comportada. Há aqui, pois, uma nova dimensão de preocupações que tem que ser acompanhada pelo Estado, não podendo eximir-se de a equacionar, qualquer que seja o Governo que tenha responsabilidades nesta matéria.

Por conseguinte, assumido esse princípio, e num contexto de crise do Estado social, que também é manifesto em Portugal - sobretudo se considerarmos que é, de facto, o aumento das despesas sociais ao longo dos últimos anos e as projecções relativas ao futuro, que nos deve preocupar a todos -, do ponto de vista político, tendo responsabilidades de governo como temos, não podemos negar que tem de existir uma estratégia de diferenciação na assistência social, exactamente para contrabalançar o quadro de restrições financeiras e orçamentais com a necessidade de dar assistência social aos mais carenciados e aos mais necessitados. Não podemos, então, de qualquer forma, enjeitar a necessidade de focar num corpo social com as características dos deficientes das Forças Armadas, todo o capital necessário no ponto de vista político, financeiro e humano, para dar resposta aos muitos problemas com que estão confrontados neste momento. E por isso, como orientação política relativamente a esta matéria, considero que há absoluta necessidade de o Governo se mobilizar de uma forma interdisciplinar, abrangendo naturalmente outros sectores do Estado, designadamente na área da Segurança Social, e da secretaria de Estado da Reabilitação em particular, para conseguir os recursos necessários a poder dar uma resposta mais compatível com o que são as expectativas, naturalmente não apenas dos dirigentes da associação, mas creio eu de todos os deficientes e de todos os militares, pois este é um problema que atravessa horizontalmente a consciência e a ética castrenses. É nessa perspectiva que temos procurado encontrar um nicho de diferenciação de políticas viradas para o futuro e que possam, justamente, trazer uma resposta adequada relativamente a muitos dos problemas colocados.

Terceira idade, sem dúvida; a questão do Lar, que aqui foi referenciada, é determinante. É preciso retomar os princípios fundadores do Lar Militar, como também é preciso que algumas ideias, que entretanto se consideraram ao longo destas últimas décadas sobre outro tipo de desenvolvimentos que podiam ter sido encontrados para o Lar da Cruz Vermelha, não sejam de forma alguma incompatíveis com o que é seu cerne essencial e o seu fundamen-

to. E o seu fundamento é justamente o de orientar uma vocação específica para o apoio à 3.ª idade dos deficientes das Forças Armadas. A nossa proposta é no sentido de que o Conselho Consultivo (NR: para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas - CCADFA) reúna já no dia 22 de Maio - creio eu que está uma reunião marcada com esse objectivo -, de forma a poder discutir em concreto este assunto, envolvendo naturalmente a CVP e também os responsáveis da área da Segurança Social que acompanham a problemática dos idosos. Porque este processo não é apenas do ministério da Defesa, é do Estado português, e tem que ser assumido pelo Governo na sua plenitude e não apenas, realmente, pelo ministro da Defesa. Será nessa perspectiva que procuraremos tra-



balhar ao longo das próximas semanas e dos próximos meses com a Associação, com a Cruz Vermelha, com a Segurança Social, no sentido de encontrar uma doutrina nova para a assistência na 3.ª idade aos deficientes das FA, procurando responder às necessidades mais imediatas que começam a aparecer - foi aqui referenciado um caso (NR: associado Vale) bastante dramático, que esbarrou precisamente num certo vazio de orientação em relação a situações como as que encontramos, e definir bem o quadro de intervenção de responsabilidades, de deveres e de obrigações do Estado nesta matéria, acreditando que estamos em condições de o poder fazer muito rapidamente.

Depois, em relação a todo este conjunto de questões, acho que era bom associar ao CCADFA uma equipa de trabalho interdisciplinar que reflectisse sobre este novo grupo de preocupações que hoje acompanham

toda a problemática que o senhor director do ISPA também aqui referenciou, na luta contra a exclusão e na luta pela reabilitação e pela integração sociais. É um problema específico que se coloca no nosso sector e que exige naturalmente uma afinação face à dinâmica das sociedades modernas, de novos princípios de responsabilidade que entretanto se afirmam no ponto de vista da ética e da cidadania sociais, e relativamente aos quais, na situação muito própria das Forças Armadas, há que encontrar um quadro adequado de intervenção. Entendo que relativamente às problemáticas com que estamos confrontados, que têm que ver com a experiência do passado, haverá que as projectar em relação ao futuro, no ser capazes de definir novas orientações, novas metodologias, novos procedimentos.

Temos a felicidade de ter nos corpos sociais desta Associação gente muito dinâmica, gente aberta ao futuro, muito capaz de perceber o que está em causa na relação com esse mesmo futuro; algumas das iniciativas aqui enunciadas são não só louváveis como demonstram a capacidade de abertura e de inovação de uma associação que tem sido pioneira em muitas destas áreas, e que o quer continuar a ser; há aqui um capital institucional que deve ser aproveitado ao serviço não apenas das Forças Armadas e dos seus deficientes, mas também do país e da sua política de reabilitação e de reintegração sociais.

Para terminar, relativamente a algumas das iniciativas legislativas, devo sublinhar que as que aqui foram referenciadas todas elas são pertinentes, tendo vindo a arrastar-se ao longo dos últimos anos as soluções para algumas, as quais, no entanto, e no nosso ponto de vista, exigem uma resposta mais rápida, como por exemplo a questão da clarificação do conceito de campanha, a clarificação do conceito de doenças profissionais, o processo da rede do stress pós-traumático e o papel da ADFA, enquanto Organização Não Governamental, associada à mesma, ainda o problema dos furriéis, que me parece profundamente injusto e que tem que ser regulado rapidamente. O que podemos dizer é que até ao final do mês de Julho estas iniciativas estarão devidamente aprovadas pelo Governo, para responder a uma exigência de justiça que deve ser cumprida a muito curto prazo.

Sessão Solene

Com a presença de numerosas personalidades, nomeadamente presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, deputados, representantes da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e dos Chefes de Estado Maior dos 3 Ramos, do Governo Civil e da Câmara Municipal de Lisboa, da CVP, do presidente do CNRIPD e de representante do SNRIPD, de associações de antigos combatentes e de deficientes, além de numerosos associados, alguns deles também em representação das delegações de que são dirigentes, decorreu no dia 17 de Maio, no Auditório Jorge Maurício, uma Sessão Solene comemorativa dos 32 anos da ADFA, presidida pelo ministro da Defesa Nacional, tendo também feito parte da Mesa de Honra, para além dos presidentes da MAGN e da DN e do representante do CFN, o director do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Iniciando as intervenções, o presidente da MAGN, após saudar os presentes e agradecer a presença do governante, disse, referindo-se à efeméride que se comemorava,



"São trinta e dois anos de um combate árduo, tenaz, emotivo, aguerrido, de muitos sacrifícios, de algumas alegrias também, com sentido de missão e sempre, sempre, com a amarra da deficiência que em cada dia temos de vencer.", acrescentando mais à frente, "... foi sempre pela inserção, pela mudança de mentalidades, pela dignificação da pessoa com deficiência, pelo reconhecimento da cidadania plena, que nos batemos ao longo de todos estes anos."

Depois de referir que, *"A ADFA nasceu com o 25 de Abril, e com o seu espírito, ao qual, aliás, também os deficientes militares deram causa. Somos, assim, ao mesmo tempo, causa e consequência de um espírito novo. Surgimos para defender os deficientes militares mas também imbuídos de um forte espírito de solidariedade, alicerçado nos valores democráticos, na liberdade, na dignidade da pessoa humana, na igualdade.",* o presidente da MAGN focaria que o combate da ADFA se havia dirigido, desde o início, também para a reabilitação e integração de todos os deficientes,

"... logo nos primeiros anos, fomos motor da sociedade civil para o nascimento das estruturas de reabilitação.", tendo procurado alargar a sua acção a outros países, nomeadamente através da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra/FMAC - e aqui lembrou a presidência, em dois mandatos, da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, bem como a organização da 6.ª Conferência Internacional sobre Legislação -, ou, como foi exemplo e admiração para o Mundo, na realização em Lisboa, já em Maio de 1990, da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Porque, afirmaria, *"A ADFA sempre teve uma postura de grande irreverência que nasceu naturalmente da idade dos vinte anos e da combatividade aguerrida pelo respeito que entendemos ser devido para com todos e cada um dos que se entregaram a servir a nossa Bandeira sem nada pedir em troca, lutando agora pela inclusão, pela igualdade, pela cidadania plena, declarando guerra aberta à marginalização e ao ostracismo.",* essa irreverência, *"...acompanhada de um grande sentido de responsabilidade e, com realismo...",* levou a reivindicar medidas justas, e se algumas já cumpridas, a verdade é que... *"O nosso ordenamento jurídico ainda hoje tem sérias lacunas e*



interpretações a corrigir em relação aos deficientes militares...”, sendo exemplo disso questões como as da assistência médica, interpretação do conceito de campanha, vencimento do posto de furriel, stress de guerra, terceira idade e o que é chamado de Estatuto dos Deficientes Militares.

Quase a terminar, lembraria que a ADFA tem bem presente a realidade, e perigos, das “missões humanitárias de manutenção da paz e de cooperação técnica” em que Portugal está envolvido, tendo mesmo sido ouvida no sentido de ser criada legislação adequada a este novo contexto do empenho das Forças Armadas, o que demonstra o reconhecimento em que é tida, e que já havia sido demonstrado, de certa forma, pela atribuição, há precisamente 10 anos, do título de Membro Honorário da Ordem do Mérito.

A encerrar, o presidente da MAGN não deixaria de assinalar todo o trabalho e empenho dos associados, dirigentes e trabalhadores, bem como de reconhecer o importante papel da instituição militar, “... por sempre ter estado conosco e mais que isso, sempre nos ter acolhido e nos considerar como militares que, afinal, também somos, confiando que sempre assim será.”

Seguir-se-ia a assinatura do Protocolo de parceria entre a ADFA e o ISPA, respectivamente pelos presidente e 1.º vice-presidente da DN e pelo director do Instituto, sobre o que se dá notícia própria na página 7, fazendo-se também aí referência ao improvisado na ocasião produzido pelo prof. doutor Frederico Pereira.

Foi então a vez de intervir o presidente da DN que, com a sua conhecida frontalidade e emotividade, após as saudações iniciais, abordaria as principais questões que de momento, ou ainda, afligem mais a ADFA, os seus dirigentes e os seus associados e famílias. Pela dificuldade de transcrição da “apropriada paixão”, como diria o ministro da Defesa Nacional, com que Patuleia Mendes falou, citaremos as suas frases que, em cada tema, mais elucidativas serão, com a ressalva de que o que respeitou ao Protocolo com o ISPA é tratado em local próprio:

“... temos que tocar aqui nalguns pontos, um deles o da 3.ª idade, que começa a ser problemática. ... Mas o que é que fez, desde o 25 de Abril, daí para cá, o poder democrático instituído, pelos seus combatentes, pelos seus deficientes, em termos de 3.ª idade? 32 anos volvidos acho que se espremermos as mãos vemos sair... nada! Nada foi recriado, nada foi reimplantado, e as coisas continuam como estavam... ou se calhar pior! Ora bem, é altura de tocar a sineta de alarme. Houve um caso recente, o do Vale, ... ; ninguém queria um combatente deficiente da 1.ª linha da guerra; porque é cego?... Para onde é que vão, para onde é que continuam a ir os paraplégicos? Porque não podem continuar as estruturas de hoje como estão concebidas. Há feridos de hoje em campanha como

nós... o que é que vai acontecer com estes homens, onde é que estão as estruturas para os receber?! Pergunto, se por acaso hoje, no serviço de risco que é o serviço militar, uma mulher ficar grande deficiente, dependente, nas missões de paz, humanitárias ou de cooperação, onde é que se mete uma senhora, uma mulher que fique paraplégica, neste momento? Há algum sítio em Portugal que a acolha?... ! Nós temos

direitos; os deficientes militares, que não perguntaram para onde iam, quando vinham e de que forma vinham, querem agora saber para onde vão, ..., tem que ser o senhor ministro a decidir o que vai acontecer no futuro até com o Lar Militar. Até porque existe um Conselho Consultivo do Lar Militar, que não funciona, onde o ministério tem assento!... . E há uma coisa de que a ADFA não abre mão: o Lar Militar é para nós, para um deficiente militar dependente, um grande deficiente, como o diz a lei, sobretudo o n.º 5 do artigo 15 do DL 43/76; tem que ter as portas abertas, institucionalmente e não por favor, para um homem digno que na guerra deu o melhor de si, e quase a vida tantas vezes.

Sobre a parte de legislação muito havia para dizer, ... o senhor ministro fez-nos sentir que na perspectiva do cumprimento do presente mandato muitas coisas haviam de ser equacionadas, ... já lhe pusemos em cima da mesa algumas coisas prioritárias, conforme uma Assembleia Geral nos determinou, e mais um dado novo que a AG não conhecia, que é a questão da saúde militar.

... nas reuniões do grupo de trabalho da ADM... , houve algumas propostas, mais ou menos apoiadas pelo senhor ministro... Primeiro aquela situação-de que todos os deficientes militares, para a área da sua deficiência, serão acolhidos através do orçamento do Estado e pela mão dos Ramos das Forças Armadas. Este projecto de Portaria para nós é fulcral porque estão a acontecer coisas que põem em causa que isto seja verdade; mais, a comparticipação dos medicamentos: foi-nos dito, pelo senhor ministro, inclusivamente, que os militares de arma na mão terão direito a ser ressarcidos de todos os medicamentos, seja qual for a sua origem, por uma alteração,

prefiro adenda, com o número 10 ao artigo 14 do DL 43/76. Muito bem, só que isso ainda não está publicado e neste momento não tem qualquer tipo de efeito ... acontece que em movimentos de logística, em zonas de 100%, há homens considerados em serviço e que acabam por ser injustamente arredados deste processo... a eliminação do n.º 2 do artigo 13 do DL 167/2005 - o que criou a ADM, onde dizia, diz ainda hoje porque não foi alterado, que os vencimentos base e as pensões base sofrerão um desconto de 1% para a ADM -, levará a que as pensões base sejam retiradas, o que quer dizer que os deficientes militares que recebem pensão não serão abrangidos,...

... a questão da noção do conceito de campanha: é anacrónico que haja pessoas que foram feridas em acidentes de viação em zonas operacionais, fazendo protecção a movimentos de logística, de alimentação, fazendo protecção a tropas que iam ser descarregadas, passe o termo, noutras zonas para irem para operações, e há ainda, inclusivamente, o escândalo da mesma viatura, do mesmo acidente, um individuo cai para a esquerda, é em campanha, outro cai para a direita, é em serviço, Não pode ser!!! Isto é injusto, e a Pátria tem que tomar conta desta situação, porque não pode num mesmo acidente haver um filho e haver um enteado. Isto é um atentado contra a dignidade do pessoal que foi chamado a servir e que foi ferido em zona de intensa campanha... Porque o risco



de campanha, a emboscada, a mina, estava a cada esquina, em cada recta! Tem que se ver isto, não pode haver homens que tiveram acidentes com armas de fogo, por fogo inimigo, que estão em serviço. Não pode ser! Como pessoas com doenças tropicais que se não tivessem ido lá não as tinham, que estão em serviço. Não pode ser! Temos que modificar isso, senhor ministro! Muito seriamente, sob o perigo de ficar eternamente em aberto o dossier da guerra colonial, como ainda hoje estamos a sangrar por Alcácer Quibir! Não vamos ficar à espera 400 anos para fechar a chaga da guerra colonial, esperemos.

Stress de guerra! Sei que o senhor ministro se tem empenhado pessoalmente, ... A ADFA será candidata se o novo protocolo tiver condições para nós nos podermos candidatar, não demagogicamente mas seriamente, como sempre funcionamos. Mas o que é certo é que já estamos cansados de dizer às pessoas que qualquer dia vem, qualquer dia vem... mas a verdade é que o Serviço Nacional de Saúde não responde a esta questão!... vai acabar, acabou no mês de Abril, o subsídio que nos foi dado para manter duas equipas de stress de guerra, com psiquiatra, psicóloga, médico de clínica geral e técnica de Serviço Social; temos duas, uma aqui e outra no Porto. ... O que quer dizer que a partir de agora não vamos ter condições de manter as



equipas que fomos obrigados a criar exactamente por causa do protocolo; e se ao fim e ao cabo não podemos resolver a questão às pessoas, se não temos subsídio, creio que o melhor é fechar a loja... e não sei se não é esse o interesse do ministério? Creio que não é! Portanto nós estamos predispostos para continuar com esta questão, temos capacidade para intervir com a parte da organização e com a parte do despiste, temos capacidade de lidar com a parte militar que tem a avaliação final. Porque às vezes confundem-se as coisas: a ADFA, ao fazer a avaliação e despiste, não atribui incapacidades nem determina se é ou não em serviço; isso compete depois à entidade militar... Nós somos um mero instrumento... e queremos sê-lo e bem! Deixem-nos ser, temos vontade para isso.

O último caso tem a ver com os furriéis, que entraram em extinção em 1990... e então passaram para um quadro perfeitamente esquecido, tão esquecido que quando chegou a altura do estabelecimento da equiparação remuneratória, ficaram mesmo esquecidos, pronto, estes já não existem! A CGA bateu palmas, toda contente, estes estão esquecidos, são realmente para o lixo, faz-se um molho e deita-se para o fogo. Mas não, senhor ministro, os furriéis foram os homens mais da frente da guerra. ... E então agora a Nação esquece-se disso? Vota-os ao ostracismo?!... O que é certo é que hoje um furriel tem o índice 155 e um cabo da Armada ou de Secção tem um índice 182! É de propósito ou quiseram roubar os furriéis? De esquecimentos já chega!... Estes homens estão prejudicados desde 2002, ...

Nós sacrificámo-nos, cumprimos... honrem-nos!"

Quase a findar a sua intervenção, o presidente da DN falava ainda na possibilidade de a ADFA organizar, em 2008, a próxima reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, bem como do interesse, já para este ano, de um encontro, em Lisboa,

de, ou com, especialistas na área da saúde da 3.ª idade dos militares, havendo já a disponibilidade de israelitas, de checos, de alemães, de finlandeses e de holandeses.

"Terminaria dizendo que há 3 ideias que se cruzam: crise, esperança, luta. Senhor ministro, pus a crise em cima da mesa, a esperança é aquela que o senhor nos vai dar e a luta... vamos ver o que é vem a seguir. E há uma linha muito ténua entre a crise e a esperança, tão curta, tão curta como aquela que medeia entre as palavra que deixei e a atenção e expectativa que todos estes homens vão ter em cada um dos balbucios e palavras que nos disser. Diga-nos, estamos aqui para o ouvir."

Falando em último lugar, o ministro da Defesa Nacional, após saudar a Mesa e os órgãos nacionais da ADFA, as entidades e os associados presentes, indicando logo de início que não iria fazer qualquer comunicação especial, embora também não estivesse ali propriamente para defraudar expectativas, teceu uma série de considerações quer sobre a Associação e o seu trabalho, quer sobre o papel e as obrigações do Estado perante os deficientes militares, que pela sua relevância se transcrevem, tão fielmente quanto possível sobre um improviso, também em espaço próprio.

Terminada a sua intervenção, o dr. Luís Amado assinou então o Livro de Honra, tendo-se depois procedido a troca de lembranças.

Encerrando as comemorações, seguiu-se um "Porto de Honra" no bar da Sede.

Entretanto, logo após a Sessão Solene, numa improvisada "conferência de imprensa", ELO teve a

oportunidade de colocar duas questões ao ministro da Defesa, uma sobre o facto de quando da visita do secretário de Estado à ADFA, já em Outubro de 2005, este ter afirmado que o problema da rede de apoio ao stress de guerra estar resolvido, o que parece não acontecer, e outra sobre que não se esgotando o processo da 3.ª idade no Lar Militar, que outras respostas, para o resto do país, estariam equacionadas. Em relação à primeira, foi reafirmado que o respectivo Protocolo já está realmente assinado pelo ministério da Defesa, estando-se a aguardar as restantes assinaturas (ministérios da Saúde e da Solidariedade Social); quanto à segunda, ficou apenas no ar, dado que por motivos de compromisso de agenda o dr. Luís Amado tinha mesmo de se retirar.

De referir que o dia 14 não foi propriamente esquecido, tendo-se, no almoço na Sede, cortado o bolo de aniversário na presença de elementos dos órgãos sociais nacionais e de associados, com alocação alusiva pelo presidente da DN.



ÁLBUM DE RECORDAÇÕES...

